



# SINDILURB

IMPRESSO

## NOTÍCIAS

Informativo do Sindicato das Empresas de Coleta, Limpeza e Industrialização de Resíduos de Minas Gerais

### FIEMG

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais  
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

EDIÇÃO 50 - DEZEMBRO DE 2021



Transformando crises em evolução, seguimos plantando um novo futuro. O SINDILURB-MG deseja um Ano Novo de muitas conquistas para todos os seus diretores, parceiros e colaboradores das empresas Associadas.

FIEMG

## SINDILURB-MG marca presença na Expo Dubai



Este informativo é impresso em papel 100% reciclado. Preservar o meio ambiente é cuidar do nosso futuro.

A participação da Comitiva Mineira na Expo Dubai gerou importantes contatos e prospecções de negócios para a indústria mineira. O vice-presidente do SINDILURB-MG, Marcos Savoi, participou da comitiva, acompanhando o governador Romeu Zema e o presidente da Fiemg, Flávio Roscoe, juntamente com um grupo de 150 empresários, representando o nosso Estado. Savoi participou de diversos eventos, em que estiveram presentes importantes autoridades, como o presidente Jair Bolsonaro e o ministro Paulo Guedes. O objetivo foi planejar, promover e apoiar eventos e ações de estímulo comercial e de atração de investimentos do mercado árabe em Minas.



ASSOCIADA

## ENGESP é destaque na última edição do ano

Página 3

ENTREVISTA

## Um balanço do meio ambiente no nosso setor

Página 4



## EDITORIAL

## O futuro é verde

Todo fechamento de ano suscita reflexões importantes, principalmente neste fim de 2021, em que as expectativas de encerramento da pandemia estão sendo minadas pela aproximação de uma nova variante, possivelmente ainda mais perigosa. A esperança vem da eficácia das vacinas e o programa de vacinação já bem avançado no Brasil, o que pode resultar em menor impacto na saúde pública e na nossa economia já abalada.

Não podemos nos esquecer, porém, que estamos em um mundo globalizado e isso faz com que as responsabilidades também sejam compartilhadas globalmente. As informações cruzam o planeta em segundos, movimentando mercados e conectando pessoas. Por outro lado, os riscos ambientais e de uma pandemia como a que vivemos são compartilhados por todos. Esta é uma lição que fica para todos.

Nesta edição, debatemos temas relevantes sobre o meio ambiente e o futuro do clima no planeta com técnicos e autoridades ambientais. Tivemos recentemente a COP26, com a participação do nosso governador Romeu Zema e do presidente da FIEMG, Flávio Roscoe, que acompanharam de perto os esforços dos principais países do mundo para garantir o cumprimento das normas ambientais e a definição de metas ambiciosas sobre o clima. Trata-se de caminhos que nos tornarão exemplos de crescimento econômico, aliados à preservação dos recursos naturais que tanto necessitamos.

Nesta edição você confere, também, uma novidade para os municípios e empresas para impulsionar a criação de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, com vistas à adequação à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e ao novo Marco Legal do Saneamento. Uma plataforma gratuita e online foi criada pelo Instituto Gestão Brasil (IGB) para que os gestores municipais possam elaborar o Planos de Gerenciamento de Resíduos, distinguindo grandes geradores e ampliando a discussão sobre a cobrança de tarifa pelo serviço de coleta e tratamento de resíduos.

Conheça, também, a história da Engesp Construções, do nosso Diretor Administrativo Financeiro, Arthur Alves de Brito, que aliou as atividades de construção civil com a fabricação de concreto e expandiu a atuação para a limpeza urbana.

Desejo a todos que 2022 seja um ano de paz, saúde, e que toda a indústria mineira possa se desenvolver junto com o país.

**Boa leitura.**



**Maurício Sigaud Ferreira, presidente**

## Municípios contam agora com plataforma online para elaborar os Planos de Gerenciamento de Resíduos

Sistema é gratuito para municípios e abre caminho para implementação de taxa por serviço de coleta e tratamento



### Serviço online economiza tempo e papel

A organização da sociedade civil, Instituto Gestão Brasil (IGB), lançou um sistema online gratuito para que as prefeituras possam receptionar, analisar, tramitar e aprovar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e ficarem em dia com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) de 2010, o Novo Marco Legal do Saneamento e a Normativa 01/2021 da Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA).

A plataforma permite que prefeituras municipais e órgãos públicos estaduais utilizem o serviço por meio de um acordo de cooperação. Outro ponto importante suscitado pela recepção dos Planos é estimular que os municípios comecem a implementar a tarifa pública e o preço público para manutenção do serviço com a qualidade exigida pela legislação.

Para que isso aconteça, os municípios precisam identificar quem são os grandes geradores de resíduos entre indústria, comércio, serviços e outros estabelecimentos, e mesmo dentre os geradores nos domicílios que produzem acima de cem litros de resíduos por dia. O IGB presta orientação aos municípios para realizarem a adequação tanto à PNRS como na criação de tarifa pública

O sistema para prefeituras inclui ainda suporte e treinamento, e não demanda nenhum tipo de recurso público. “São dois sistemas, um para o município e outro para as empresas de grandes geradoras de resíduos apresentarem o Plano de Gerenciamento de Resíduos aos municípios. Os gestores municipais devem cadastrar os grandes geradores, cobrar o preço público pelos serviços prestados a empresas. Aos municípios é responsabilidade a coleta domiciliar, porém, para prestar este serviço deverá cobrar uma tarifa pública dos domicílios, a fim de garantir recurso suficiente para que tenham condições de pagar pelo serviço de coleta, destinação e tratamento de resíduo, tendo assim recursos em quantidade suficiente para realização dos serviços e evitar atrasos no pagamento das empresas que prestam o serviço”, explica o vice-presidente do IGB, José Carlos de Farias.

Mais de 500 prefeituras no Brasil já estão utilizando a Plataforma PGRS Digital para exigir os Planos de Gerenciamento de Resíduos dos grandes geradores, assim como para analisar, fiscalizar e gerenciar PGRS.

Também os governos estaduais, consórcios intermunicipais para gestão de resíduos estão adotando a ferramenta para controle e gerenciamento das informações dos resíduos gerados. A expectativa da instituição é de que até o final do próximo ano mais de 3.600 municípios estejam utilizando o sistema por meio dos acordos de cooperação.

Para o IGB, as empresas terceirizadas que operam no setor devem discutir os modelos de cobrança com os municípios. Elas podem passar a receber diretamente dos domicílios a tarifa pública, como também, a cobrança do preço público por tonelada das empresas definidas como grandes geradoras, pelo Serviço Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos. Os municípios terão que comprovar sustentabilidade financeira para os serviços, sob risco de o gestor ficar sob renúncia de receita e ter as contas públicas rejeitadas. E sobre a coleta para empresas será cobrado o custo, chamado de preço público, diferente da tarifa pública. “A Normativa 01/2021 da ANA aprovada pela Resolução 079/2021 estabelece a forma de cobrança, que para o alcance da sustentabilidade econômico-financeira, deve ser adotado, preferencialmente, o regime de cobrança por meio de tarifa. A arrecadação deve ser realizada, preferencialmente, por meio de fatura específica de manejo de resíduos sólidos urbanos; ou cofaturamento com o serviço de abastecimento de água ou outro serviço público e apenas na impossibilidade de utilização desses documentos poder ser utilizado o carnê ou guia de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)”, ressalta Farias.

### Plano para empresas geradoras de resíduos

Os planos de gerenciamento de resíduos sólidos são exigidos de vários segmentos, como construção civil, saúde, comércio, indústria, dentre outros. Para elaborar o plano na plataforma do IGB, as empresas geradoras de resíduos precisam contratar um profissional habilitado pelos conselhos de classe, como os CREA's, para ser o responsável técnico. Nesses casos, o profissional precisa pagar uma licença de uso. Os valores de variam de acordo com o porte da empresa, e vai de R\$49,00 a R\$290,00. A partir de 2022, todos os municípios deverão cobrar o PGRS das empresas antes da emissão de alvará de funcionamento. Segundo Ivan De Filippo, membro do Conselho Fiscal do SINDILURB-MG, “o enquadramento das empresas pelos municípios, vai proporcionar um maior número de clientes empresariais que irão pagar pelo serviço. Por fim, o sistema vai proporcionar benefícios a sociedade com serviços mais eficientes e com a melhora da saúde pública, às prefeituras que estarão cumprindo as leis e às empresas que terão os seus contratos e serviços assegurados”, complementa.



EXPEDIENTE

**SINDILURB NOTÍCIAS**

DIRETORIA DO SINDICATO DAS EMPRESAS DE COLETA, LIMPEZA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS DE MINAS GERAIS – SINDILURB/MG

sindilurb.mg  
 sindilurb.mg  
 www.sindilurb.com.br

TRIÊNIO 2021 / 2024

Rua do Ouro, 33, sala 502, 5º Andar - Serra Belo Horizonte/MG - Telefone: (31) 3291-5460

Presidente: Maurício Sigaud Ferreira

Vice-Presidente: Marcos Vinicius Rocha Savoi

Diretor Administrativo-Financeiro: Arthur Alves de Brito

Diretor de Expansão e Mercado: Renato Ferreira Malta

Diretor de Relações Trabalhistas: Ben Hur Silva de Albergaria

Diretor Técnico: Alan Pierre de Espíndula Vieira

Diretor de Resíduos de Serviços de Saúde: Mário Sérgio Carvalho Paulino Vasconcelos Costa

Diretor de Resíduos Industriais: Thiago Andrade Magela

Diretores Adjuntos: Gilson Vilela, Daniel Prates Ribeiro

Conselho Fiscal: Walter Ferreira Soares, Raphael Remô Góes, Paulo Antônio Moreira Avelar

Suplentes do conselho fiscal: Pedro Walter Resende de Carvalho, Ivan De Filippo, Alberto Magno Rocha Filho

Delegados efetivos junto à Fiemg: Maurício Sigaud Ferreira, Marcos Vinicius Rocha Savoi

Delegados suplentes junto à Fiemg: Pedro Henrique Vieira Savoi, Alexandre Ferreira Braga

Tiragem informativa: 1000 exemplares

Produzido pela: ARTICULAÇÃO COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA - Tel.: (31) 3594-4490



# Diversificação e eficiência potencializada são marcas da ENGESP

Empresa atua na limpeza urbana, construção civil e fábrica de concreto que conquistaram o mercado

Especialista no ramo de saneamento, infraestrutura e produção de concreto, a associada ao SINDILURB-MG, Engesp Construções Eirelli, tem como foco investir na qualidade de vida da população por meio de obras fundamentais ao desenvolvimento humano. São 32 anos de experiência, disposição para enfrentar novos desafios, com atuação pautada na ética, pontualidade e equipes competentes.

Essa história começou com o engenheiro Arthur Alves de Brito, proprietário da Engesp e atual Diretor Administrativo Financeiro do SINDILURB-MG. Foi reunindo os anos de experiências e competências, tanto gerenciais quanto técnicas, que Arthur de Brito, fundador da empresa, saiu do setor petrolífero, na Bahia, passando pela construção civil e, depois, gerenciando uma usina de asfalto em Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, que chegou ao que hoje é a Engesp.

Foi em 1987 que o empresário abriu sua primeira empresa, em parceria com um ex-chefe, realizando obras de infraestrutura em Betim e 10 anos depois, nascia a Engesp, em 1997. “Começamos com obras de infraestrutura e urbanização. As oportunidades foram surgindo e da necessidade de concreto para as obras surgiu a Betmix, em 2003, empresa do grupo com grande participação no mercado de concreto para a construção civil na cidade de Betim e adjacências,” conta Brito.

Há 16 anos, a Engesp ingressou no ramo de limpeza urbana, no município de Pará de Minas, onde se mantém até hoje, inclusive com contrato renovado recentemente. “Quando começamos atender o município de Pará de Minas, a cidade ainda fazia o descarte irregular no antigo lixão, que foi logo em seguida transformado em um aterro controlado. Atualmente, o local já é operado como aterro sanitário, depois da empresa vencer a licitação para as obras de adequação para atender às normas ambientais no empreendimento”, explica.

A Engesp possui o licenciamento para gerenciar o aterro e fazer as melhorias previstas na contratação. “Quando você atua com atividades de engenharia, vai prospectando mercado. Então, em 2005, com a oportunidade em Pará de Minas, nós vencemos a licitação, começamos a operar e construímos o aterro. Temos a missão de sermos ecologicamente sustentáveis e estamos sempre nos preocupando com novas medidas de alcançarmos esta meta”, explica o diretor da Engesp, sobre o ingresso no setor de limpeza urbana.

O aterro de Pará de Minas realiza atualmente o tratamento de mais de 1.700 toneladas de resíduos



Equipe de colaboradores da Engesp, em Pará de Minas, se preparando para realizar a coleta pelo município

por mês. As técnicas utilizadas passam pela captura de metano e o tratamento de chorume pelos processos aeróbio e anaeróbio, até a queima final do gás que é eliminado, conforme as regras vigentes e as tecnologias modernas de gestão em aterros sanitários.

## BETMIX

Na Sede da empresa, em Betim, também está localizada a Betmix, empresa do grupo que possui duas



Arthur Brito, diretor da Engesp, reuniu experiência e espírito empreendedor

centrais de usina de concreto para atendimento a obras da região metropolitana. E para minimizar os impactos ambientais, toda a produção conta com energia renovável. A água é reutilizada e vários subprodutos são criados com o refugo da produção.

A preocupação com sustentabilidade começa na gestão da energia elétrica, uma grande demanda ambiental atual. Segundo o engenheiro Arthur Brito, a usina demanda grande quantidade de energia. A solução foi a instalação de painéis fotovoltaicos para aproveitamento de energia solar, com produção de 102,32 kwp, suficientes para atender toda a demanda da usina, gerando economia em relação a energia proveniente da Cemig.

Outro grande insumo da empresa é a água usada na produção de concreto, que passa por uma estação de tratamento construída para reaproveitar toda a água consumida no processo de produção. Um novo projeto de reaproveitamento da água pluvial para a produção de cimento e na limpeza da planta industrial e dos caminhões. A instalação de captação é feita com caixas de 20 mil litros.

Já os resíduos de concreto e da lavagem dos caminhões passam por um processo de decantação e, posteriormente, são reutilizados na fabricação de blocos pré-moldados. Todo o material contaminante é enviado para uma empresa autorizada, com base no MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos). Tudo na fábrica é reaproveitado, gerando economia e preservando o meio ambiente.



Rua de Aldebaram, 1550 - Cidade Verde, Betim - MG, 32649-420  
Telefone: (31) 3532-1652





# Secretária da SEMAD, Marília Melo, faz balanço sobre políticas ambientais de Minas

2021 foi um ano movimentado quando o assunto é avanços na legislação ambiental, dentre metas pactuadas e soluções pontuais para adequação às regras vigentes. Nesta entrevista, a Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), Marília Melo, explica os principais avanços sobre resíduos sólidos, saneamento e economia verde.

**1 - Estamos há pouco mais de um ano da aprovação do novo Marco Legal do Saneamento, que prevê medidas e investimento para o setor de limpeza urbana e uma nova meta para erradicação de lixões. Como a senhora avalia o andamento dessas políticas em nosso estado?**

Os municípios de Minas Gerais estão avançando rumo à universalização da prestação dos serviços de limpeza urbana e destinação adequada dos resíduos sólidos urbanos (RSU). Atualmente, 71% da população urbana do estado é atendida por sistemas regularizados de destinação de RSU. Ainda temos em Minas Gerais 321 municípios que possuem lixões. Desses, 268 (83%) são municípios com população inferior a 20.000 habitantes. Para viabilizar a universalização dos serviços, especialmente nos municípios de menor porte, é essencial que sejam adotadas soluções regionalizadas. Nesse sentido, o estado tem trabalhado para fortalecer os consórcios públicos intermunicipais e a prestação regionalizada dos serviços, possibilitando maior sustentabilidade técnica e econômica financeira da gestão dos RSU, em especial para os municípios com menor população. Para instituir as unidades regionais de saneamento em Minas Gerais, está em tramitação na ALMG o PL 2884/2021, de autoria do executivo. O objetivo do projeto é promover o ganho de escala e consequente redução de custos unitários na prestação dos serviços, tornando-o viável mesmo para os municípios de menor porte.

**2 - Foi anunciado em maio deste ano um aporte de R\$100 milhões para o fim dos lixões com parte da verba indenizatória da Vale, pelo Governo de Minas e o Ministério do Meio Ambiente. Como a senhora tem percebido o andamento desse projeto, a recepção pelas prefeituras e quantos projetos já foram recebidos?**

Os recursos foram direcionados para implantação de usinas de triagem mecanizadas. Os projetos foram selecionados por meio Edital 001/2021 do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Foram selecionados 9 projetos, de 8 consórcios intermunicipais mineiros. A SEMAD está em constante articulação junto aos 8 consórcios selecionados para prestar apoio e as orientações necessárias para a efetiva implementação dos projetos, prezando pelo atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos, e promovendo a inclusão socioprodutiva dos catadores de materiais recicláveis. Os consórcios aguardam a convocação do MMA para assinatura dos instrumentos jurídicos para dar andamento às ações.

**3 - O que o setor de limpeza urbana e industrialização de resíduos pode esperar do Sisema, inclusive com relação ao apoio dado aos**



Sisema/Divulgação

“

O estado tem trabalhado para fortalecer os consórcios públicos intermunicipais e a prestação regionalizada dos serviços, possibilitando maior sustentabilidade técnica e econômica financeira da gestão dos RSU.

**Marília Melo**  
Secretária da SEMAD

**municípios que são clientes públicos na gestão ambiental e no saneamento.**

A SEMAD tem atuado de forma muito próxima dos municípios e consórcios públicos, apoiando-os e orientando-os na implementação da gestão adequada dos RSU em todas as suas etapas, desde a não geração de RSU, passando pelas etapas de reciclagem e tratamento dos RSU e, por fim, a disposição final ambientalmente adequada somente dos rejeitos presentes nos RSU, ou seja, somente do resíduo que não possui viabilidade de reaproveitamento e retorno à cadeia produtiva. Nesse sentido, para que se cumpra a Política Nacional de Resíduos Sólidos, são realizadas ações de educação ambiental, de incentivo à implantação e ampliação de serviços de coleta seletiva, fortalecimento dos consórcios públicos e gestão compartilhada dos RSU, estruturação de banco de projetos de saneamento para posteriores interlocuções com órgãos financiadores, dentre outras. Um importante instrumento que está em fase de elaboração e com publicação prevista para 2022 é o Plano Estadual de Saneamento Básico (PESB), que se constitui em importante ferramenta para direcionamento da atuação do Estado rumo à universalização dos serviços de saneamento básico, uma vez que irá definir as regiões prioritárias de atuação e os investimentos necessários no setor de saneamento.

**4 - Qual a sua avaliação do enfrentamento das crises ambientais no nosso Estado, como o desastre em Brumadinho e nos desafios de aliar o desenvolvimento com metas ousadas, principalmente sobre a questão climática?**

Os desastres ambientais que vivenciamos no Estado nos últimos anos trouxeram a necessidade de um olhar diferenciado para empreendimentos que podem gerar riscos e danos significativos ao meio ambiente e as populações do seu entorno. O SISEMA juntamente com o Comitê Pró-Brumadinho têm atuado para que a recuperação da área atingida pelo rejeito da Vale prezando pela reabilitação e melhoria das condições ambientais destas áreas. Entendemos que o caminho para a conciliação do desenvolvimento com a definição de metas para redução de gases de efeito estufa passa pelo desenvolvimento e expansão de tecnologias e processos com maior eficiência e com o olhar de sustentabilidade. A chamada “Economia Verde” é com certeza a forma para fazermos a conciliação entre desenvolvimento, meio ambiente e inclusão social, por isso temos buscado cada vez mais o incentivo e a parceria com empresas e instituições que trabalham com esses pilares.

**5 - Como Minas Gerais vem se preparando para se adequar às principais demandas contra as mudanças climáticas apresentadas na COP26 e termos de políticas públicas?**

Em junho deste ano Minas Gerais se tornou o primeiro ente subnacional dos países em desenvolvimento a aderir à campanha Race to Zero, com o compromisso de neutralizar as emissões globais de carbono até 2050, por meio da sinergia entre ações do Governo e dos setores produtivos, tanto a indústria quanto a agricultura, representados pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG). Com a adesão do nosso Estado à Race to Zero, demos impulso à trajetória para a neutralização das emissões líquidas de carbono e calçamos uma política de Estado com visão de longo prazo, consolidada em uma agenda de toda a sociedade e não apenas do Governo. Sob a perspectiva da Política Mineira de Incentivo ao Uso da Energia Solar, já somos líderes nacionais em geração solar fotovoltaica, com 18% de toda a potência instalada no Brasil, evitando a emissão de 394 mil toneladas de gases de efeito estufa por ano. Sobretudo, firmamos parceria essencial com o governo britânico, por meio de do consulado britânico em Belo Horizonte, para viabilizar entregas a curto prazo e médio prazo, como a implementação da Estratégia Estadual de Transição Energética voltada para sistemas energéticos sustentáveis no Estado. Cabe destacar, também, que às vésperas da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26), Minas Gerais instituiu o Fórum Mineiro de Energia e Mudanças Climáticas (FEMC), por meio do decreto nº 48.292/2021, publicado pelo governador Romeu Zema no dia 29 de outubro. O grupo tem como objetivo geral promover a discussão, no âmbito do Estado, acerca dos fenômenos globais de mudança do clima e transição energética.